



## **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GESTÃO DE UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO: O MODELO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

### **Resumo**

A metodologia utilizada para organizar o relato foi levantamento em fontes secundárias (levantamentos bibliográficos e documentais). Foi percebido durante a leitura dos textos e a organização dos documentos que diversas ações de sustentabilidade ambiental foram efetuadas. Dentre elas, as quatro mais importantes foram: a substituição de copos descartáveis por canecas plásticas, a troca das bandejas de inox por pratos cerâmicos, a compra de alimentos processados provenientes da horticultura e da fruticultura e a aquisição de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e oriundos da agricultura familiar. Essa atitude assumida pela equipe de trabalhadores do RU, deve ser intensificada e aprimorada por outras ações. Ela deve ser compreendida como um marco inicial em busca da sustentabilidade ambiental e de uma nova forma de articulação com as atividades formativas complementares da instituição.

**Palavras-chaves:** Educação Superior. Assistência Estudantil. Desenvolvimento Sustentável. Gerenciamento de Resíduos. Serviços de Alimentação.



## 1 INTRODUÇÃO

As Universidades Federais Brasileiras, principalmente por intermédio do REUNI, passaram por uma grande reestruturação e expansão. Este programa possibilitou mais oportunidades e acesso ao ensino superior para as pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, sinalizando dessa forma, o início de uma importante democratização da educação no Brasil. Como uma das consequências desse processo ocorreu uma crescente demanda por assistência estudantil direcionada para a permanência desses estudantes nas universidades (BRASIL, 2007; COSTA, *et al* 2011; SILVA *et al.*, 2012).

Neste mesmo sentido, para promover a permanência desses estudantes com vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, instituiu diversos programas. Dentre eles, o PNAES que destina recursos para a permanência de estudantes, principalmente para aqueles de baixa condição socioeconômica, a fim de que os mesmos possam desenvolver a sua graduação e obterem um bom desempenho curricular, minimizando com isso o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação. Esse programa representou um marco histórico e fundamental para a questão da assistência estudantil. As ações do PNAES estão direcionadas para as seguintes questões estudantis: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010; VASCONCELOS, 2010).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) intensificou, no período compreendido entre os anos 2008 e 2012, ações institucionais alinhadas com essa política nacional para a permanência de seus alunos, principalmente para aqueles com vulnerabilidade socioeconômica. Dentre estas políticas, encontra-se o fornecimento de uma alimentação adequada necessária para que o aluno possa desempenhar suas funções acadêmicas.

O Restaurante Universitário (RU) foi o setor responsável pelo fornecimento dessa alimentação adequada para a sua comunidade. O RU é um Órgão Suplementar previsto no Estatuto da UFSC, subordinado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil. Ele tem por finalidade o preparo e a distribuição de refeições (almoço e janta) ao Corpo Discente e, em regime especial, aos servidores da instituição e visitantes da UFSC.

Para desenvolver as suas atividades, o RU estava constituído por 48 Servidores do quadro técnico-administrativo da UFSC. Além destes trabalhadores, o RU complementa o seu quadro de servidores com a contratação de empresas prestadoras de serviço de cozinha, que disponibilizam mais 36 Cozinheiros e 05 Serventes. Sua estrutura administrativa era constituída da seguinte forma: 01 Divisão Administrativa, formada pelo Serviço Contábil e de Custos e pelo Serviço de Almoxarifado e 03 Auxiliares de Apoio ao Restaurante Universitário; 01 Divisão de Nutrição, organizada pelo Serviço de Cozinha “A” e pelo Serviço de Cozinha “B”.

Também foi percebido em 2008, que a estrutura existente para o fornecimento desta alimentação na UFSC não apresentava condições mínimas para acompanhar o seu crescimento. O número de alunos aumentou significativamente nos últimos anos e o espaço existente disponibilizado para o refeitório ficou pequeno e as filas aumentaram. Para agravar ainda mais essa situação, a intensa atividade acadêmica em nossa universidade não permite a ampliação do horário de funcionamento para o fornecimento das refeições.

Nesse mesmo sentido, os servidores responsáveis pela elaboração das refeições



também precisavam de um local de trabalho mais digno e adequado para o exercício de suas atividades profissionais e apenas uma reforma na estrutura física não atenderia a esta necessidade.

Sendo assim, a Administração Superior da UFSC decidiu construir uma nova estrutura física para a elaboração e para o fornecimento das refeições. Em 2011, foi inaugurado um novo espaço de aproximadamente três mil m<sup>2</sup>. Seu refeitório possui 1.500 lugares, com elevador e ambiente climatizado. O prédio conta também com sistema de ventilação, exaustão e piso podotátil. A sua área de produção está constituída de equipamentos de última geração responsáveis por uma produção média diária de 8.600 refeições, incluindo o almoço e a janta (PRAE, 2012).

Com essa nova estrutura física o RU se tornou num importante espaço de formação complementar para atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Igualmente nessa mesma direção, o custo operacional das suas atividades devem potencializar todas as atividades acadêmicas. Nesse sentido, ao seu custo operacional, necessário para a elaboração e fornecimento de alimentos, outros valores formativos podem ser agregados.

Este novo olhar lembra os dizeres de Lima, Castro e Carvalho (2000) que nos momentos de mudanças é possível extrair elementos passíveis de reflexão potencialmente capaz de proporcionar a construção de uma nova identidade para a Universidade, fundamentada não apenas em processos curriculares, mas acima de tudo, em ações de avaliação e de gestão. Este novo pensar deve estar direcionado para o desenvolvimento do homem e de uma universidade não acabada e fechada, mas que se constrói à medida que surgem novas necessidades humanas e que necessitam de novos conhecimentos.

Ainda nesta mesma perspectiva, Zottis e *et al.* (2008) afirmam que a universidade produz um ambiente propício para o pensar-agir contido na *práxis*, onde é possível desenvolver novas alternativas de se viver em sociedade de forma ética e solidária, pacífica e mais igualitária e a academia pode não só alterar a sociedade na qual ela está inserida, como também a ela própria.

Dessa maneira, esse trabalho se constitui num breve relato sobre a construção de um novo espaço universitário destinado à produção e ao fornecimento de alimentos, com olhar contemporâneo e focado nos conceitos de sustentabilidade ambiental.

## **20 CONTEXTO E OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

As ações de sustentabilidade existem há séculos. Estudiosos identificaram essas práticas de sustentabilidade em algumas tribos nativas americanas e, no século XIII, na Europa foram estabelecidas Leis para preservar as florestas (LENCKUS, 2008).

Contudo, a percepção da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do processo de desenvolvimento intensificou-se no final do século XX em consequência do aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo (VAN BELLEN, 2004).

Para Estender e Rocha (2010) essa degradação ambiental produz constantes mudanças na forma da sociedade de ver o mundo, em decorrência do aumento de conhecimento resultante da pesquisa científica sobre os impactos da produção no meio ambiente, sobretudo em relação ao futuro. Assim, deverá ser intrínseca em qualquer estratégia de negócio a preocupação com o desenvolvimento sustentável.



Para Cardoso *et al.* (2009) no mundo atual o consumo provoca uma exploração abusiva dos recursos naturais, necessita de alto gasto energético para a sua produção e produz uma vasta quantidade de resíduos. Grande parte destes resíduos é destinada a aterros sem estrutura adequada, resultando, assim, na contaminação dos solos e da água nas proximidades destes aterros. As embalagens e os produtos descartáveis, caso não seja dado o destino correto, podem causar impacto ao ambiente pelos seguintes motivos: baixa degradabilidade, capacidade de impermeabilizar, curta vida útil e ocupa grandes volumes limitando o espaço para destinação.

Nos anos 60 as autoridades mundiais começaram a dar mais atenção aos limites do desenvolvimento planetário e ao risco de degradação total do ambiente. Em virtude da repercussão apresentada dessa temática a ONU, em 1972, promoveu uma Conferência sobre o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo. Também neste ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” concluíram que, se os níveis de industrialização, de poluição, de produção de alimentos e de exploração dos recursos naturais se mantiverem, o limite de desenvolvimento do planeta poderia ser atingido, em no máximo, 100 anos, ocasionando diminuição da população e da capacidade industrial (CORAZZA, 2005; EPIPHÂNIO; ARAUJO, 2008).

Além disso, as tecnologias agrícolas voltadas para o aumento da produtividade das culturas, com o tempo, provocavam efeitos indesejáveis. Nos anos 60 Rachel Carson já chamava atenção para os efeitos nocivos do uso de pesticidas como sobre a qualidade da água e os danos que essa prática pode provocar à saúde humana. É importante salientar ainda que esse alerta influenciou a decisão do governo estadunidense de proibir o uso do DDT nos Estados Unidos (CORAZZA, 2005).

Em 1987, uma comissão presidida pela Primeira- Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, percebeu a necessidade de se instituir o conceito e as ações de sustentabilidade. Essa comissão publicou o relatório “*Our Common Future*”, sobre o desenvolvimento sustentável em países emergentes e definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele sendo suficientemente capaz que satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Esse relatório também pontuou a necessidade que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos e que o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra (a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos). Após a publicação desse relatório o conceito de sustentabilidade alcançou reconhecimento internacional. (LENCKUS, 2008; SILVA, C.; QUELHAS, 2009; ONU BRASIL, 2012).

Em 1992, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O foco desta reunião era a relação entre a determinação de metas ambientais e as políticas de desenvolvimento. Nela foram promulgados a Agenda 21, além da Declaração Rio 92. A agenda 21 é um programa de ação para o desenvolvimento sustentável global, que tornou o conceito de sustentabilidade um princípio político formal. Reconheceu-se então que a proteção ambiental global só é possível, se forem considerados também os aspectos econômicos e sociais (GOETHE INSTITUT, 2012).

A União Europeia formulou os três pilares da sustentabilidade na Conferência de Copenhague e no Tratado de Amsterdã de 1997, denominado Modelo de Sustentabilidade de Três Pilares, que declara a sustentabilidade não apenas abrange a herança da natureza que transmitimos



para as próximas gerações, mas significa também que a sustentabilidade inclui as realizações econômicas e a vertente social. Do ponto de vista de intervenção humana, a economia deve respeitar os limites naturais dos ecossistemas e agir de acordo com os princípios de equidade social (ONU BRASIL, 2012).

No entanto, somente cinco anos mais tarde que surgiu o comprometimento político internacional com o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou EcoRio 92 realizada no Brasil. Como o relatório de Brundtland apresentou apenas algumas orientações para se alcançar o desenvolvimento sustentável, neste encontro um dos mais importantes documentos foi apresentado, a Agenda 21. Este documento propõe um plano detalhado com estratégias de ação para se buscar um desenvolvimento sustentado, fundamentado na inter-relação e interdependência entre as pessoas, o meio ambiente e a economia (SILVA, C.; QUELHAS, 2009).

Uma década depois, o economista britânico John Elkington criou um modelo fundamentado em três pilares (*triple bottom line*) que levasse em conta a qualidade ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico. Para esse estudioso, a dimensão social deve se preocupar com os impactos sociais desencadeados pelas inovações tecnológicas nas comunidades humanas dentro e fora da organização, dentre eles, o desemprego, a exclusão social, a pobreza, a diversidade organizacional e outros agravantes sociais. A dimensão ambiental deve estar mais atenta com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes. Finalmente, a dimensão econômica, com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuariam (LENCKUS, 2008; BARBIERI, 2010).

Da mesma forma, que as questões da contaminação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais tornaram-se temas marcantes no final do século passado, o respeito ao consumidor, o consumo consciente e a consciência planetária e ecológica nesse mesmo período. Em virtude destes acontecimentos surgiram a duas preocupações. A primeira, relacionada com os limites físicos do planeta frente às exigências do crescimento populacional e a suas demandas materiais e energéticas e, a segunda, percebeu que a acumulação do capital e a maximização dos lucros produziram um fator de desequilíbrio social (LORENZETTI; CRUZ; RICIOLI, 2008).

Nesse sentido, na esfera educacional, o ensino sobre o meio ambiente deve ser visto como um processo complexo que valoriza as diversas formas de conhecimento e que permita a formação de cidadãos com uma consciência local e planetária. Portanto, nesse universo diverso, o aluno deve ter contato com repertórios pedagógicos amplos e interdependente e associado a diversas dimensões humanas. Os professores devem estar mais preparados para transmitir e decodificar para os seus alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções. Ainda, nesse contexto, a administração dos riscos socioambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento público por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental das pessoas (JACOBI, 2003).

As preocupações com a qualidade do meio ambiente estão assumindo dimensões cada vez maiores e em virtude desse fato, a administração pública estão adotando políticas mais específicas e concretas de controles internos, de gestão ambiental, e sistemas de gestão ambiental para reduzir os efeitos do mundo atual sobre a natureza (VEGINI et al.; 2012).

### **3 METODOLOGIA**





Este estudo foi realizado entre os meses de março e de julho de 2012. A metodologia utilizada para a coleta de dados para relatar as atividades de sustentabilidade ambiental implantadas no Restaurante Universitário da UFSC foi o levantamento em fontes secundárias. Mattar (2008) lembra que esta metodologia está dividida em levantamentos bibliográficos e documentais. Sendo assim, as fontes secundárias consultadas para fundamentação deste trabalho encontram-se organizadas da desta maneira.

O levantamento bibliográfico buscou contextualizar o conceito de sustentabilidade na sociedade atual e as ações protetoras do meio ambiente; o estudo documental visou descrever as atividades alinhadas com a preservação do meio ambiente implantadas, registradas nos arquivos existentes na UFSC e, em especial os referentes ao Restaurante Universitário.

#### **4 AS AÇÕES IMPLANTADAS NO RU DA UFSC E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Surge nos meios acadêmicos um grande interesse em torno da logística para reciclagem. Esta política é estabelecida por intermédio de ações de planejamento, de implementação e de controle da eficiência e eficácia e dos custos, dos fluxos de matérias-primas, dos produtos em estoque, dos produtos acabados e da informação relacionada, desde o ponto de consumo até um ponto de reprocessamento, com o objetivo de recapturar valor ou realizar a deposição adequada (SOUZA, 2011).

No governo, nas universidades, nas organizações e na sociedade o enfoque sobre os problemas ambientais está se intensificando e cada vez mais e ganhando importante espaço de discussão entre estes setores (PINHEIRO *et al.*, 2011).

Nesta mesma trajetória é importante lembrar as falas de Pelicioni (1998) sobre a educação do mundo atual. Para esse estudioso a educação deve buscar a valorização da vida e de uma nova forma para se viver sem o excesso de consumo, de desperdício de recursos e sem a degradação ambiental. O desenvolvimento sustentável nessa perspectiva se transforma numa possibilidade viável para um crescimento econômico aliado à justiça social e à satisfação das necessidades dos excluídos.

Alinhado a esse contexto de expansão do ensino superior e de sustentabilidade ambiental, bem como a utilização dessas novas perspectivas educativas de valorização da vida, a administração do RU promoveu uma série de ações para tornar a sua atividade produtiva alicerçada nos conceitos de sustentabilidade ambiental.

O passo inicial para a implantação dessas ações foi à construção de um novo prédio para abrigar suas atividades laborais que permitisse a valorização dos conceitos de sustentabilidade ambiental. Da mesma maneira, toda a infraestrutura interna foi projetada para esse fim. Dentre eles pode-se citar: fornos combinados para a produção de alimentos assados; equipamento resfriadores para a conservação dose alimentos produzidos; balcões térmicos para disponibilizar os alimentos para os usuários se servirem; carrinhos para transportes de alimentos; armários novos para o vestiário masculino e feminino; e, equipamentos de inox, sob medida (mesas, balcões, estantes, bancadas e etc.).

Afora dos equipamentos adquiridos, ocorreu à mudança do layout na área de administração, com o objetivo de otimizar os serviços e foram instalados pisos antiderrapantes na cozinha e corredores.



Para os servidores foi disponibilizado diversos Cursos de Capacitação. Uma consultoria foi realizada para implantar melhorias nos processos de trabalho RU, com o objetivo de mapear os processos desde a entrada dos clientes, organizar o fluxo de saída do Restaurante Universitário, apresentando também melhorias de trabalho para os servidores. Um espaço de convivência foi disponibilizado para os funcionários do RU e novas licitações publicadas para aumentar o número de trabalhadores para a realização da produção de alimentos. Essas ações descritas, por si só, já favorecem os pilares da sustentabilidade ambiental, pois valorizam a dimensão social, ambiental e econômica.

Todavia, é notório ressaltar neste manuscrito, que além dessas ações de infraestrutura voltadas para processos produtivos atuais, a administração do RU iniciou efetivamente o processo de sustentabilidade ambiental com a implantação de quatro ações. A primeira foi a substituição de copos descartáveis por canecas plásticas; a segunda, a troca das bandejas de inox por pratos cerâmicos; a terceira, a compra de alimentos processados oriundos provenientes da horticultura e da fruticultura; e, a quarta, a aquisição de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e oriundos da agricultura familiar.

Estas quatro ações foram marcantes em virtude das mesmas proporcionarem para as pessoas que frequentam diariamente o RU um novo olhar para as questões ambientais. Elas apresentam os ideais de Zottis e *et al.* (2008) que afirmam que as universidades devem produzir um ambiente propício para a teoria ser aplicada na prática e para o desenvolvimento de novas alternativas de se viver em sociedade suficientemente capaz de alterar a sociedade e a ela mesma.

A substituição dos copos descartáveis que eram usados diariamente pelo fornecimento de canecas plásticas denominado “*Uso da caneca*” foi bem aceito por toda comunidade universitária e subjetivamente chamou a atenção das pessoas que frequentam RU sobre questões referentes à degradação do meio ambiente. Esta atitude, segundo Van Bellen (2004) produz uma ponderação ordenada sobre a influência da sociedade neste processo de degradação ambiental. Essa atitude simples do cotidiano, essa mudança de hábito tornou o ambiente universitário um modelo que busca a sustentabilidade para toda a sociedade.

Outro fator importante, lembrado por Lenckus (2008) e Barbieri (2010) que a humanidade deve prestar mais atenção para os problemas ambientais decorrentes do uso de recursos naturais. Isso se aplica sobre a utilização de copos de plástico descartáveis, produto derivado do petróleo, que a sua extração produz um grande impacto na natureza. Além desse fato, para Cardoso *et al.* (2009) as embalagens e os produtos descartáveis causam impacto ao ambiente em virtude da sua baixa degradabilidade, impermeabiliza os solo, é utilizado por um período de tempo reduzido e necessita de grandes espaço para destinação.

A segunda ação de sustentabilidade realizada foi a substituição de bandejas de inox por pratos cerâmicos. Esta necessidade de substituição deu-se a partir da percepção dos administradores do RU do desperdício de alimentos decorrentes da sobra das bandejas de inox, previamente elaboradas pelos servidores do restaurante com uma quantidade fixa de alimentos para serem fornecidos por intermédio de esteira.

Aliado a este fato, também foi introduzido no refeitório o sistema de auto serviço (*self service*) para proporcionar aos usuários a liberdade de escolha e a quantidade apropriada de alimentos, diminuído assim o desperdício. Este fato permite de acordo com Jacobi (2003) a formação de cidadãos com uma nova perspectiva global, por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de autonomia e de consciência ambiental das pessoas.



Por outro lado, no ambiente de produção, a prática manual do corte dos alimentos, principalmente dos produtos advindos da horticultura e da fruticultura que eram recebidos diariamente em grande quantidade, produziam diversos problemas de saúde ocupacional, proporcionando com frequência o afastamento médico de diversos servidores, produzia grande desperdício de alimentos durante o seu preparo, além de onerar o custo da produção.

Para amenizar este problema foi introduzida a compra desses produtos de forma pré-elaborada ou previamente processados. Com essa prática houve uma redução significativa de doenças e com isso foi resgatada a assiduidade dos servidores.

Tecnicamente as hortaliças minimamente processadas são vegetais colhidos e submetidos a um processo industrial que envolve as atividades de seleção e classificação da matéria prima, pré-lavagem, processamento (corte, fatiamento etc.) sanitização, enxague, centrifugação e embalagem, visando obter um produto fresco, saudável e que na maioria das vezes não necessita de nenhum preparo adicional para ser consumido.

O produto minimamente processado pode ser definido como qualquer fruta, hortaliça ou combinação destas que tenha sido fisicamente transformada, embora permaneça no seu estado fresco. No Brasil esse procedimento é recente, porém já constitui num pequeno nicho de mercado que vem crescendo e se consolidando. Segundo a Associação Brasileira de Horticultura, a aceitação de hortifrúteis processados vem crescendo a cada ano. No Estado de São Paulo, em 2003, o processamento de hortaliças movimentou R\$ 1.375 milhões e que quando comparado com o ano anterior, que moveu R\$ 92 mil, pode-se dizer que o consumo de hortaliças minimamente processadas está em acentuado crescimento. Essa tendência também acompanha o crescimento do interesse pelos hortifrúteis em geral, estimulado pela busca de uma qualidade de vida mais saudável (SEBRAE, 2008).

Essa ação está visivelmente associada às questões de sustentabilidade ambiental, pois contempla a saúde dos trabalhadores, diminui o desperdício alimentos e possui potencial econômico. Este fato desvelado no RU está previsto no relatório “*Our Common Future*”, citado por Lenckus (2008), que ressalta que as atividades produtivas devem levar em conta a qualidade ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico.

Por último, a aquisição de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e oriundos da agricultura familiar marcou expressivamente esse processo de implantação de ações de sustentabilidade ambiental no RU. Através de licitação-modalidade Pregão Eletrônico-Registro de Preços, diversos tipos de produtos orgânicos, foram adquiridos para constituir o cardápio do RU. Esse procedimento que diante das dificuldades legais enfrentadas na época, conseguiu avançar juridicamente e finalmente obter uma garantia de recebimento desses produtos tão importantes para a saúde dos usuários do RU.

Os alimentos orgânicos além de fazerem bem a saúde também são produzidos de forma sustentável. O que obtemos como resultado aos comensais do RU é o sabor natural dos alimentos e ainda os nutrientes, sem a influência dos agrotóxicos e fertilizantes.

A razão que levou o RU a adquirir os produtos orgânicos foi à preocupação com a saúde dos alunos, a vontade de participar na proteção do meio ambiente, a busca de sabor nos alimentos consumidos, e por fim o incentivo a agricultura familiar que com seu próprio trabalho vem produzindo alimentos.

Para Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) a agricultura familiar utiliza recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, apesar de possuir uma menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais. A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos





de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Os resultados da agricultura familiar são muito superiores aos dos estabelecimentos patronais em todas as regiões do país. Em praticamente todos os sistemas e regiões, os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Ao contrário do que é comumente divulgado, parte da agricultura familiar maneja sistemas produtivos modernos que utilizam intensivamente os insumos adquiridos no mercado e carregam custos elevados de manutenção e de depreciação de equipamentos e de instalações.

Sendo assim, esta tomada de decisão, de buscar para os seus clientes, uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos, produzida pela agricultura familiar fortaleceu intensamente a sustentabilidade ambiental. A agricultura familiar contempla intensivamente os aspectos do ambiente, o fortalecimento social e economicamente viável. Os atores atuantes no RU também perceberam o potencial dessa opção em produzir mudanças sustentáveis no mundo atual.

## 5 CONCLUSÃO

O RU da UFSC no período de 2008 a 2012 adotou diversas medidas para melhorar o seu processo de trabalho. A sua equipe gestora percebeu que as medidas necessárias para aprimorar as suas atividades deveriam estar alinhadas com as dimensões de sustentabilidade ambiental em virtude de elas contemplarem o social, o ambiental e o econômico. A construção do novo prédio, já foi edificada neste conceito. O passo seguinte, a implantação de rotinas que valorizassem o meio ambiente foi aplicada.

Dentre elas, a distribuição de canecas plásticas em substituição aos copos plásticos descartáveis diminuiu a quantidade de lixo tóxico produzidos diariamente; o combate ao desperdício de alimentos, com substituição de bandejas de aço inox por pratos cerâmicos, propiciou a cada cliente do RU a liberdade de escolher apenas o alimento necessário, dentre os diversos produtos ofertados, o que ele mais apreciava; a introdução de produtos advindos da horticultura e da fruticultura de forma pré-elaborada ou previamente processados, reduziu as doenças laborais, diminuiu os custos e aumentou a produtividade, bem como a aquisição de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e oriundos da agricultura familiar marcou expressivamente esse processo de implantação de ações de sustentabilidade ambiental no RU.

A aquisição desses produtos livres de agrotóxicos advindos da agricultura familiar se constituiu numa importante ferramenta institucional para o estabelecimento da integração do ensino, da pesquisa e da extensão nas comunidades, tornando-se dessa forma num valioso instrumento suficientemente capaz de mudar a realidade social.

Mesmo assim, essa atitude assumida pela equipe de trabalhadores do RU, deve ser intensificada e aprimorada por outras ações. Ela deve ser compreendida como um marco inicial em busca da sustentabilidade ambiental e de uma nova forma de articulação com as atividades formativas complementares da instituição.

## BIBLIOGRAFIA

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Rev. adm. empres.** [online], São Paulo, vol. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.



**BRASIL.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm) > Acesso em: 10 jun 2012.

**BRASIL.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm) > Acesso em: 10 jun 2012.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. G. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, nº 10, p. 312-347, jul/dez, 2003.

CARDOSO, R. S. et al. Uso de SAD no apoio à decisão na destinação de resíduos plásticos e gestão de materiais. **Pesqui. Oper.** [online], Rio de Janeiro, vol. 29, n. 1, p. 67-95, 2009.

CORAZZA, R. I. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. **Economia**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 435–461, jul./dez. 2005.

COSTA, D. M. *et al.* Aspectos da reestruturação das universidades federais por meio do Reuni: um estudo no estado de Santa Catarina. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. Espec, p. 1-24, 2011.

EIPHÂNIO, P. P. D.; ARAUJO, H. B. É o desenvolvimento sustentável, sustentável? (uma análise crítica a toda a retórica que se tem feito em torno do tema). **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**, Garça, v. 7, n. 11, fev., 2008.

ESTENDER, A.; ROCHA, M. C. Estratégias de desenvolvimento sustentável estudo de caso: Grupo Itaú-Unibanco. **Revista Terceiro Setor**, Guarulhos, v.4, n.1, p. 21-31, 2010.

GOETHE INSTITUT. **Conceitos de sustentabilidade.** Disponível em < <http://www.goethe.de/ges/umw/dos/nac/den/pt3106180.htm>.>. Acessos em 20 jul. 2012.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, mar. 2003.

LENCKUS, D. Sustainability dates back centuries. **Business Insurance**, Louisville, v. 7, n. 14, p. 14, apr. 2008.

Lima, P. G.; Castro, F.; Carvalho, M. A. V. Caminhos da universidade rumo ao século XXI: pontos e estratégias para a sua orientação na visão de educadores brasileiros. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 8-27, jan/julho, 2000.

LORENZETTI, D. H.; CRUZ, R. M.; RICOLI, S. Estratégia empresarial e sustentabilidade: um modelo integrador. **UNIFIEO Revista da Pós Graduação**, Osasco, v. 2, n. 3, p. 36-47, 2008.



MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**ONU BRASIL**. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 30 jun 2012.

PELICIONI, M. C. F. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saúde soc.** [online], São Paulo, vol.7, n.2, pp. 19-311, 1998.

PINHEIRO, L. V. S. et al. Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. **RAM** [online], São Paulo, v. 12, n. 3, p. 83-113, 2011.

Plano de Reestruturação e Expansão as Universidades Federais (REUNI), Ministério da Educação do Brasil, Disponível em: < <http://reuni.mec.gov.br/>> Acesso em 12 jun 2012.

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – PRAE**. Relatório de Gestão 2011. 2012. (não impresso)

**SEBRAE**. Estudos de mercado SEBRAE / ESPM. Hortaliças minimamente Processadas. 2008. Disponível em: <

[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/AD2DEFF96449FB0F832574DC0046776D/\\$File/NT0003907A.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/AD2DEFF96449FB0F832574DC0046776D/$File/NT0003907A.pdf)> acesso em 20 de jun 2012.

SILVA, C.; QUELHAS, O. L. G. **Proposta de integração da sustentabilidade no processo racional de planejamento**. 2<sup>nd</sup> International Workshop Advances in Cleaner Production. Key elements for a sustainable world: material, energy and climate change. São Paulo, Brazil, May 20<sup>th</sup>-22<sup>nd</sup>, 2009. Disponível em <

<http://www.advancesincleanerproduction.net/second/files/sessoes/4b/5/L.%20C.%20Silva%20-%20Resumo%20Exp.pdf>>. Acessos em 10 jul. 2012.

SILVA, J. E. O. *et al.* Permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras: perfil socioeconômico dos estudantes. **COFIN HABANA**, Habana, v. 2, n.2 p. 17-25, abr./jun., 2012.

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambient. Soc.**, Campinas, v. 7, n. 1, jun. 2004.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, jul/dez, p. 599-616, 2010.

VEGINI, D. et al. Sistema de controle interno ambiental: estudo realizado em um hospital público. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 31, n. 1, p. 83-99, 2012.

ZOTTIS, G. A. H. et al. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. **Saude soc.** [online], São Paulo, v.17, n.3, p. 33-41, 2008.